

Medidas Normativas do Plano Agro+

Nº	Medida	Instrumento
1	Aprovou: Regulamento técnico sobre os procedimentos para a fabricação e o emprego de produtos destinados à alimentação animal com medicamento	IN nº 14 de 06/07/2016
2	Aprovou: Critérios para manipulação de medicamento veterinário em fábricas de produtos destinados à alimentação animal	IN nº 14 de 06/07/2016
3	Alterou os critérios para registro ou alteração de registro de agrotóxicos e afins	IN nº 15 de 07/07/2016
4	Instituiu o Comitê Consultivo do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE	Portaria nº 125 de 07/07/2016
5	Promoveu ajustes na IN nº 14 de 06/07/2016	IN nº 14 de 15/7/2016
6	Publicar o plano de amostragem do Subprograma de Monitoramento e Subprograma Exploratório do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC de 2016 para as cadeias de carnes bovina, suína, caprina, ovina, equina, coelho, aves, avestruz, de leite, pescado, mel e ovos	Portaria nº 59 de 24/06/2016
7	Estabeleceu o cronograma de execução do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal - PNCRC/Vegetal para o ano de 2016	IN nº 11 de 25/07/2016
8	Ficou estabelecido os limites aceitáveis para as substâncias (resíduos e contaminantes) permitidas, banidas, proibidas ou de uso não autorizado para as culturas analisadas.	IN nº 11 de 25/07/2016
9	Estabeleceu que todos os atos normativos deveram atender aos dispositivos da Lei Complementar nº 95/98 e ao Manual de Boas Práticas Regulatórias da SDA	Portaria nº 76 de 03/08/2016
10	Estabeleceu prazo de 120 dias para revisão dos atos publicados em desacordo com as Regras Gerais de Elaboração, da Articulação, da Redação e da Alteração dos Atos Normativos, previstas no Decreto nº 4.176, de 20/05/2012	Portaria nº 76 de 03/08/2016
11	Instituir Grupo de Trabalho para elaborar proposta de organização do Sistema Nacional de Emergências Agropecuárias	Portaria nº 80 de 12/08/2016
12	Definiu as pragas de maior risco fitossanitário para SOJA, para fins de priorização dos processos de registro de produtos e tecnologias de controle	Portaria nº 82 de 12/08/2016
13	Definiu as pragas de maior risco fitossanitário para FEIJÃO, para fins de priorização dos processos de registro de produtos e tecnologias de controle	Portaria nº 82 de 12/08/2016
14	Definiu as pragas de maior risco fitossanitário para ALGODÃO, para fins de priorização dos processos de registro de produtos e tecnologias de controle	Portaria nº 82 de 12/08/2016

Medidas Normativas do Plano Agro+

15	Definiu as pragas de maior risco fitossanitário para TOMATE, para fins de priorização dos processos de registro de produtos e tecnologias de controle	Portaria nº 82 de 12/08/2016
16	Definiu as pragas de maior risco fitossanitário para MELÃO, para fins de priorização dos processos de registro de produtos e tecnologias de controle	Portaria nº 82 de 12/08/2016
17	Definiu as pragas de maior risco fitossanitário para CAFÉ, para fins de priorização dos processos de registro de produtos e tecnologias de controle	Portaria nº 82 de 12/08/2016
18	Definiu a praga <i>Helicoverpa armigera</i> como de alto risco fitossanitário para diversas culturas, para fins de priorização dos processos de registro de produtos e tecnologias de controle	Portaria nº 82 de 12/08/2016
19	Estabeleceu também, para fins de priorização dos processos de registro de produtos e tecnologias de controle, as frutas com casca não comestível	Portaria nº 82 de 12/08/2016
20	Estabeleceu prazo para as empresas que possuam requerimentos de registro relacionados com as culturas explicitadas na Instrução Normativa, manifestarem-se.	Portaria nº 82 de 12/08/2016
21	Estabeleceu procedimentos administrativos para reavaliação agrônômica de produtos formulados para controle da praga <i>Phakospora pachyrhizi</i> na soja	Portaria nº 84 de 16/08/2016
22	Instituiu a Comissão Técnica para proceder a reavaliação dos produtos formulados contra a praga <i>Phakospora pachyrhizi</i> .	Portaria nº 84 de 16/08/2016
23	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Fruta	Portaria nº 58 de 30/08/2016
24	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Mirtilo	Portaria nº 58 de 30/08/2016
25	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Abacate	Portaria nº 58 de 30/08/2016
26	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Abacaxi	Portaria nº 58 de 30/08/2016
27	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Abricot	Portaria nº 58 de 30/08/2016
28	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Abricot da Praia	Portaria nº 58 de 30/08/2016
29	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Abiu	Portaria nº 58 de 30/08/2016
30	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Açaí	Portaria nº 58 de 30/08/2016

Medidas Normativas do Plano Agro+

31	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Acerola	Portaria nº 58 de 30/08/2016
32	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Amora	Portaria nº 58 de 30/08/2016
33	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Araçá	Portaria nº 58 de 30/08/2016
34	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Pinha	Portaria nº 58 de 30/08/2016
35	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Bacuri	Portaria nº 58 de 30/08/2016
36	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Banana	Portaria nº 58 de 30/08/2016
37	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Buriti	Portaria nº 58 de 30/08/2016
38	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Cacau	Portaria nº 58 de 30/08/2016
39	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Cajá	Portaria nº 58 de 30/08/2016
40	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Caju	Portaria nº 58 de 30/08/2016
41	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Carambola	Portaria nº 58 de 30/08/2016
42	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Cereja	Portaria nº 58 de 30/08/2016
43	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Cranberry	Portaria nº 58 de 30/08/2016
44	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Cupuaçu	Portaria nº 58 de 30/08/2016
45	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Framboesa Negra	Portaria nº 58 de 30/08/2016
46	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Framboesa Vermelha	Portaria nº 58 de 30/08/2016
47	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Goiaba	Portaria nº 58 de 30/08/2016

Medidas Normativas do Plano Agro+

48	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Graviola	Portaria nº 58 de 30/08/2016
49	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Groselha Negra	Portaria nº 58 de 30/08/2016
50	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Groselha Vermelha	Portaria nº 58 de 30/08/2016
51	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Juçara	Portaria nº 58 de 30/08/2016
52	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Kiwi	Portaria nº 58 de 30/08/2016
53	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Lichia	Portaria nº 58 de 30/08/2016
54	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Maçã	Portaria nº 58 de 30/08/2016
55	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Mamão	Portaria nº 58 de 30/08/2016
56	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Manga	Portaria nº 58 de 30/08/2016
57	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Mangaba	Portaria nº 58 de 30/08/2016
58	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Maracujá	Portaria nº 58 de 30/08/2016
59	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Melancia	Portaria nº 58 de 30/08/2016
60	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Melão	Portaria nº 58 de 30/08/2016
61	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Morango	Portaria nº 58 de 23/08/2016
62	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Murici	Portaria nº 58 de 23/08/2016
63	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Nectarina	Portaria nº 58 de 23/08/2016
64	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Pera	Portaria nº 58 de 23/08/2016

Medidas Normativas do Plano Agro+

65	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Pêssego	Portaria nº 58 de 23/08/2016
66	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Pitanga	Portaria nº 58 de 23/08/2016
67	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Romã	Portaria nº 58 de 23/08/2016
68	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Sapoti	Portaria nº 58 de 23/08/2016
69	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Tamarindo	Portaria nº 58 de 23/08/2016
70	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Umbu	Portaria nº 58 de 23/08/2016
71	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco	Portaria nº 86 de 23/08/2016
72	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Abacate	Portaria nº 86 de 23/08/2016
73	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Polpa de Abacaxi	Portaria nº 86 de 23/08/2016
74	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Abricot	Portaria nº 86 de 23/08/2016
75	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Abricot da Praia	Portaria nº 86 de 23/08/2016
76	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Abiu	Portaria nº 86 de 23/08/2016
77	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Acerola	Portaria nº 86 de 23/08/2016
78	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Amora	Portaria nº 86 de 23/08/2016
79	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Araçá	Portaria nº 86 de 23/08/2016
80	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Pinha	Portaria nº 86 de 23/08/2016
81	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Bacuri	Portaria nº 86 de 23/08/2016

Medidas Normativas do Plano Agro+

82	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Banana	Portaria nº 86 de 23/08/2016
83	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Buriti	Portaria nº 86 de 23/08/2016
84	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Cacau	Portaria nº 86 de 23/08/2016
85	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Cajá	Portaria nº 86 de 23/08/2016
86	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Caju	Portaria nº 86 de 23/08/2016
87	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Caju Clarificado ou Cajuina	Portaria nº 86 de 23/08/2016
88	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Caju com alto teor de Polpa	Portaria nº 86 de 23/08/2016
89	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Cana de Açúcar	Portaria nº 86 de 23/08/2016
90	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Carambola	Portaria nº 86 de 23/08/2016
91	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Cereja	Portaria nº 86 de 23/08/2016
92	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Cranberry	Portaria nº 86 de 23/08/2016
93	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Cupuaçu	Portaria nº 86 de 23/08/2016
94	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Framboesa Negra	Portaria nº 86 de 23/08/2016
95	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Framboesa Vermelha	Portaria nº 86 de 23/08/2016
96	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Goiaba	Portaria nº 86 de 23/08/2016
97	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Graviola	Portaria nº 86 de 23/08/2016
98	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Groselha Negra	Portaria nº 86 de 23/08/2016

Medidas Normativas do Plano Agro+

99	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Groselha	Portaria nº 86 de 23/08/2016
100	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Kiwi	Portaria nº 86 de 23/08/2016
101	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Lichia	Portaria nº 86 de 23/08/2016
102	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Limão	Portaria nº 86 de 23/08/2016
103	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Laranja	Portaria nº 86 de 23/08/2016
104	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Maçã	Portaria nº 86 de 23/08/2016
105	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Mamão	Portaria nº 86 de 23/08/2016
106	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Manga	Portaria nº 86 de 23/08/2016
107	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Mangaba	Portaria nº 86 de 23/08/2016
108	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Maracujá	Portaria nº 86 de 23/08/2016
109	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Melancia	Portaria nº 86 de 23/08/2016
110	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Melão	Portaria nº 86 de 23/08/2016
111	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Mirtilo	Portaria nº 86 de 23/08/2016
112	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Morango	Portaria nº 86 de 23/08/2016
113	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Murici	Portaria nº 86 de 23/08/2016
114	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Nectarina	Portaria nº 86 de 23/08/2016
115	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Pera	Portaria nº 86 de 23/08/2016

Medidas Normativas do Plano Agro+

116	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Pêssego	Portaria nº 86 de 23/08/2016
117	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Pitanga	Portaria nº 86 de 23/08/2016
118	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Romã	Portaria nº 86 de 23/08/2016
119	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Sapoti	Portaria nº 86 de 23/08/2016
120	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Tamarindo	Portaria nº 86 de 23/08/2016
121	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Tomate	Portaria nº 86 de 23/08/2016
122	Submeteu a Consulta Pública proposta de complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco de Umbu	Portaria nº 86 de 23/08/2016
123	Submeteu a Consulta Pública os requisitos e procedimentos administrativos para controle e envelhecimento de bebidas, vinhos e derivados da uva e do vinho em recipientes de madeira	Portaria nº 90 de 23/08/2016
124	Submeteu a Consulta Pública os conceitos de lote, componentes do lote, envelhecimento, identificação de lote, lote em envelhecimento, lote envelhecido homogeneizado, lote envelhecido envasilhado, mapa de localização, produto envelhecido em barril, tempo de envelhecimento.	Portaria nº 90 de 23/08/2016
125	Submeteu a Consulta Pública os pré-requisitos e a operacionalização do envelhecimento do envelhecimento de bebidas, vinhos e derivados da uva e do vinho em recipientes de madeira	Portaria nº 90 de 23/08/2016
126	Submeteu a Consulta Pública os conceitos de lote, componentes do lote, envelhecimento, identificação de lote, lote em envelhecimento, lote envelhecido homogeneizado, lote envelhecido envasilhado, mapa de localização, produto envelhecido em barril, tempo de envelhecimento.	Portaria nº 90 de 23/08/2016
127	Submeteu a Consulta Pública os critérios de rotulagem, controle e movimentação das bebidas, vinhos e derivados da uva e do vinho envelhecidos.	Portaria nº 90 de 23/08/2016
128	Traz nova definição de produto veterinário, produto de uso veterinário que necessitam de cuidados especiais e vencimento de produto	Decreto nº - 8.840 de 24/08/2016
129	Estabelece critérios para registro e licenciamento de estabelecimentos.	Decreto nº - 8.840 de 24/08/2016
130	Estabelece orientações sobre a interrupção de atividade de estabelecimentos.	Decreto nº - 8.840 de 24/08/2016

Medidas Normativas do Plano Agro+

131	Estabelece regras para armazenamento de produtos veterinários	Decreto nº - 8.840 de 24/08/2016
132	Estabelece critérios para registro e licença de produtos de uso veterinário.	Decreto nº - 8.840 de 24/08/2016
133	Estabelece orientações sobre a interrupção de atividade de estabelecimentos.	Decreto nº - 8.840 de 24/08/2016
134	Estabelece critérios para fabricação de partidas piloto de produtos de uso veterinário.	Decreto nº - 8.840 de 24/08/2016
135	Estabelece orientações sobre a mudança de titularidade de estabelecimento produtor de produtos de uso veterinário.	Decreto nº - 8.840 de 24/08/2016
136	Reformula critérios de aplicação de penalidades em caso de infração a legislação de produtos de uso veterinário	Decreto nº - 8.840 de 24/08/2016
137	Regulamenta a utilização da Permissão de Trânsito de Vegetais – PTV.	IN nº 28 de 24/08/2016
138	Estabelece critérios para emissão e controle da PTV	IN nº 28 de 24/08/2016
139	Estabelece critérios para habilitação de responsável técnico de Organização Nacional de Proteção Fitossanitária – ONPF.	IN nº 28 de 24/08/2016
140	Estabelece as obrigações para o uso da PTV	IN nº 28 de 24/08/2016
141	Estabelece norma técnica para estrutura de Estações Quarentenárias	IN nº 29 de 24/08/2016
142	Estabelece critérios para funcionamento e obrigações das Estações Quarentenárias	IN nº 29 de 24/08/2016
143	Estabelece critérios para credenciamento de Estações Quarentenárias	IN nº 29 de 24/08/2016
144	Define quarentena e estabelece procedimentos	IN nº 29 de 24/08/2016
145	Estabelece regras para a suspensão e cancelamento de credenciamento de Estações Quarentenárias	IN nº 29 de 24/08/2016
146	Estabelece normas técnicas para utilização do Certificado Fitossanitário de Origem – CFO e o Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado.	IN nº 33 de 24/08/2016
147	Estabelece regras sobre o uso e o controle do CFO e do CFOC	IN nº 33 de 24/08/2016
148	Estabelece regras para habilitação de responsável técnico para emissão do Certificado Fitossanitário de Origem – CFO	IN nº 33 de 24/08/2016
149	Define, para efeito de emissão do CFO, unidades de produção – UP	IN nº 33 de 24/08/2016
150	Estabelece normas para emissão do Certificado Fitossanitário de Origem – CFO e o Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado.	IN nº 33 de 24/08/2016
151	Estabelece novos procedimentos relacionados com o encaminhamento de materiais importados destinados a multiplicação ou propagação de vegetais	IN nº 31 de 24/08/2016
152	Estabelece novos critérios relacionados com procedimentos do depositário de materiais importados destinados a multiplicação ou propagação de vegetais	IN nº 31 de 24/08/2016

Medidas Normativas do Plano Agro+

153	Estabelece o Regulamento Técnico do Amendoim em Casca e em Grãos	IN nº 32 de 24/08/2016
154	Estabelece critérios relativos a classificação e tolerâncias de lotes de amendoim em relação a micotoxinas	IN nº 32 de 24/08/2016
155	Estabelece critérios de amostragem para o Amendoim em Casca e em Grãos	IN nº 32 de 24/08/2016
156	Estabelece critérios relativos a marcação ou rotulagem do amendoim.	IN nº 32 de 24/08/2016
157	Incorpora ao ordenamento jurídico nacional os Requisitos Zoonosológicos dos Estados Partes do Mercosul para Importação de Embriões de Caprinos Coletados Vivos	IN nº 30 de 24/08/2016
158	Determina a Secretaria de Defesa Agropecuária que revise os procedimentos executados pelas Unidades Operacionais do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional.	Portaria nº 159, de 24/08/2016
159	Cria o Comitê Permanente de Análise e Revisão de Atos Normativos da Secretaria de Defesa Agropecuária – CPAR/SDA	Portaria nº 92 de 24/08/2016
160	Cria Grupo de Trabalho com vistas à revisão de procedimentos executados pelas Unidades Operacionais do Sistema de Vigilância Internacional	Portaria nº 93 de 24/08/2016
161	Institui e nomeia membros do Grupo Nacional de Emergência Fitossanitária para a <i>Cydia pomonella</i>	Portaria nº 95 de 24/08/2016
162	Cria o Comitê Executivo de Gestão da Secretaria de Defesa Agropecuária	Portaria nº 157 de 24/08/2016
163	Dispensa os produtos de origem animal, acondicionados em contentores de exportação e lacrados no SIF respectivo de procedimento de fiscalização pelo Serviço de Vigilância Agropecuária e Unidade de Vigilância Agropecuária.	Portaria nº 158 de 24/08/2016
164	Corrige a IN nº 29 de 24/08/2016 acrescentando critérios adicionais aos procedimentos em Estação Quarentenária.	IN nº 41 de 24/10/2016
165	Designa representantes para integrar o Grupo Nacional para Implementação e o Desenvolvimento do Programa Nacional de Prevenção e Controle do Cancro Europeu da Pomáceas – PNCEP	Portaria nº 156 de 24/08/2016
166	Designa representantes para Comissão sobre Prevenção da Resistência aos Antimicrobianos em Animais	Portaria nº 96 de 25/08/2016
167	Estabelece o Plano de Contingência do Fogo Bacteriano das rosáceas.	IN nº 34 de 25/08/2016
168	Institui o Grupo Nacional de Emergência Fitossanitária para a <i>Erwinia Amylovora</i> .	IN nº 34 de 25/08/2016
169	Define ações fitossanitárias para prevenção da <i>Erwinia Amylovora</i> .	IN nº 34 de 25/08/2016
170	Estabelece critérios para ações fitossanitárias em casos de suspeita de foco de <i>Erwinia Amylovora</i> .	IN nº 34 de 25/08/2016

Medidas Normativas do Plano Agro+

171	Define procedimentos operacionais a serem adotados em casos de detecção de foco de <i>Erwinia Amylovora</i> .	IN nº 34 de 25/08/2016
172	Cancela a suspensão do credenciamento do Laboratório de Referência Enológica Evanir da Silva – LAREN, da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio do RS.	Portaria nº 97
173	Retifica a Portaria nº 76 de 03/08/2016	Retificação
174	Retifica a Portaria nº 58, de 30/08/2016	Retificação
175	Incorpora requisitos fitossanitários para videira segundo o país de destino e origem para os Estados Parte do MERCOSUL	IN nº 36 de 01/09/2016
176	Constitui Grupo de Trabalho com vistas à revisão de procedimentos executados pelas Unidades Operacionais do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional – VIGIAGRO	Portaria nº 101 de 02/09/2016
177	Estabelece critérios e procedimentos para a manutenção do status fitossanitário relativo à praga cancro cítrico – <i>Xanthomonas citri</i>	IN nº 37 de 05/09/2016
178	Estabelece critérios e procedimentos para supervisão do status fitossanitário relativo à praga cancro cítrico – <i>Xanthomonas citri</i>	IN nº 37 de 05/09/2016
179	Estabelece critérios e procedimentos para a caracterização e implantação do status fitossanitário relativo à praga cancro cítrico – <i>Xanthomonas citri</i>	IN nº 37 de 05/09/2016
180	Estabelece critérios e procedimentos para erradicação ou supressão da praga cancro cítrico – <i>Xanthomonas citri</i>	IN nº 37 de 05/09/2016
181	Estabelece critérios e procedimentos para a manutenção do status fitossanitário relativo à praga cancro cítrico – <i>Xanthomonas citri</i> em área sob sistema integrado de medidas fitossanitárias para o manejo de risco.	IN nº 37 de 05/09/2016
182	Ficam estabelecida obrigatoriedade da publicidade de atos normativos relativos a Defesa Agropecuária	Portaria nº 108 de 28/09/2016
183	Cria Grupo de Trabalho encarregado de promover a revisão do Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA	Portaria nº 193 de 23/09/2016
184	Estabelece o controle e o monitoramento de <i>Salmonella</i> spp nos estabelecimentos avícolas comerciais de frangos e perus de cortes.	IN nº 20 de 21/10/2016
185	Estabelece o controle e o monitoramento de <i>Salmonella</i> spp nos estabelecimentos de abate de frangos, galinhas e perus de cortes.	IN nº 20 de 21/10/2016
186	Estabelece procedimentos da rede nacional de laboratórios agropecuários para o controle e o monitoramento de <i>Salmonella</i> spp	IN nº 20 de 21/10/2016
187	Criar Grupo de Trabalho para apresentar propostas de regulamentar a coleta, processamento e destinação de animais mortos em estabelecimentos rurais.	Portaria nº 216 de 24/10/2016

Medidas Normativas do Plano Agro+

188	Declarar estado de emergência fitossanitária para combater a praga denominada cascudo serrador da acácia-negra em mesorregiões geográficas do Estado do rio Grande do Sul	Portaria nº 228 de 01/11/2016
189	Dispõe sobre o reconhecimento de sistemas de inspeção sanitária e habilitação de estabelecimentos estrangeiros, licenças de importações, reinspeção, controles e trânsito de produtos de origem animal importados.	Portaria nº 126 de 11/11/2016
190	Incorpora ao ordenamento jurídico brasileiro Requisitos Fitossanitários para <i>Pinus spp</i>	IN nº 38 de 17/11/2016
191	Exclui da lista de pragas quarentenárias presentes o inseto <i>Sirexnoctilio</i>	IN nº 39 de 17/11/2016
192	Reconhecer o Sistema de Mitigação de Risco da Praga <i>Anastrepha grandis</i> em cultivos de cucurbitáceas nos Municípios de Apodi e Governador Dix-Sept Rosado, no Estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de exportação de frutos frescos de cucurbitáceas para países que têm restrições quarentenárias com relação à referida praga.	IN nº 21 de 17/11/2016
193	Proibi em todo o território nacional, a importação e a fabricação da substância antimicrobiana sulfato de colistina, com a finalidade de aditivo zootécnico melhorador de desempenho na alimentação animal	IN nº 45 de 22/11/2016
194	Oferece prazo para os estabelecimentos detentores da substância antimicrobiana sulfato de colistina esgotarem seus estoques	IN nº 45 de 22/11/2016
195	Estabelece as categorias de registro genealógico de ruminantes de interesse zootécnico a serem adotadas pelo Serviço de Registro Genealógico – SRG das Entidades.	IN nº 47 de 22/11/2016
196	Corrige a in Nº 37 DE 11/12/2012 no tocante a requisitos fitossanitários para importação de uvas.	IN nº 51 de 28/11/2016
197	Institui Grupo de Trabalho do Seguro Rural – GT-SR com o objetivo de detalhar as propostas apresentadas pelo Grupo de Trabalho criado pela Portaria nº. 136, de 15 de julho de 2016.	Portaria nº 245 de 16/11/2016
198	Estabelece procedimentos para as atividades de controle leiteiro e avaliação genética de animais com aptidão leiteira.	IN nº 43 de 21/11/2016
199	Estabelece obrigatoriedade de projeto técnico aprovado pelo Mapa para as atividades de controle leiteiro e avaliação genética de animais com aptidão leiteira.	IN nº 43 de 21/11/2016
200	Estabelece que o Mapa disponibilizará dados zootécnicos dos rebanhos participantes das atividades de controle leiteiro e avaliação genética de animais com aptidão leiteira.	IN nº 43 de 21/11/2016

Medidas Normativas do Plano Agro+

201	Estabelece especificidades para a prova de controle leiteiro e avaliação genética de animais com aptidão leiteira.	IN nº 43 de 21/11/2016
202	Estabelece critérios para aferição de equipamentos e treinamento dos controladores para as atividades de controle leiteiro e avaliação genética de animais com aptidão leiteira.	IN nº 43 de 21/11/2016
203	Estabelece horário para o serviço de controle leiteiro.	IN nº 43 de 21/11/2016
204	Estabelece regras de sobre auditoria e supervisão do controle leiteiro.	IN nº 43 de 21/11/2016
205	Estabelece obrigatoriedades para os produtores em relação ao serviço de controle leiteiro	IN nº 43 de 21/11/2016
206	Estabelece regras de amostragem de leite para o controle leiteiro.	IN nº 43 de 21/11/2016
207	Estabelece regras sobre encerramento de lactação em gado sobre o controle leiteiro.	IN nº 43 de 21/11/2016
208	Estabelece normas e padrões de produção de sementes de espécies forrageiras de clima temperado.	IN nº 44 de 22/11/2016
209	Define espécies forrageiras, espécies de ciclo anual, espécies semiperenes, espécies perenes, planta atípica e vedação.	IN nº 44 de 22/11/2016
210	Estabelece regras para os campos de produção de sementes de espécies forrageiras de clima temperado.	IN nº 44 de 22/11/2016
211	Define regras para a transferência de sementes de espécies forrageiras de clima temperado.	IN nº 44 de 22/11/2016
212	Estabelece regras para a análise de espécies de sementes não padronizadas.	IN nº 44 de 22/11/2016
213	Estabelece prazos de validade do teste de germinação ou viabilidade de sementes de espécies forrageiras.	IN nº 44 de 22/11/2016
214	Estabelece exigências, especificações e garantias de fertilizantes minerais destinados à agricultura	IN nº 46 de 22/11/2017
215	Estabelece critérios de registro de produto e autorizações de fertilizantes minerais destinados à agricultura.	IN nº 46 de 22/11/2017
216	Define a forma química dos nutrientes dos fertilizantes minerais destinados à agricultura	IN nº 46 de 22/11/2017
217	Define parâmetros para solubilidade dos nutriente de fertilizantes minerais destinados à agricultura.	IN nº 46 de 22/11/2017
218	Estabelece os teores mínimos de nutrientes de fertilizantes minerais destinados à agricultura	IN nº 46 de 22/11/2017
219	Regulamenta a embalagem, rotulagem os documentos fiscais e a propaganda de fertilizantes minerais destinados à agricultura.	IN nº 46 de 22/11/2017
220	Regulamenta as tolerâncias admitidas e seus limites dos fertilizantes minerais destinados à agricultura	IN nº 46 de 22/11/2017
221	Traz especificações sobre os fertilizantes minerais simples.	IN nº 46 de 22/11/2017

Medidas Normativas do Plano Agro+

222	Define os agentes quelantes e complexantes orgânicos autorizados para fertilizantes minerais.	IN nº 46 de 22/11/2017
223	Regulamenta os aditivos autorizados para uso em fertilizantes minerais.	IN nº 46 de 22/11/2017
224	Define os materiais aprovados para uso como cargas em formulações de fertilizantes minerais.	IN nº 46 de 22/11/2017
225	Define os minérios concentrados autorizados para fabricação de fertilizantes complexos fornecedores de micronutrientes.	IN nº 46 de 22/11/2017
226	Estabelece cota anual de óleo diesel atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras habilitadas.	Portaria nº 17 de 08/12/2016
227	Declara Estado de Emergência Fitossanitária ao risco de surto da praga <i>Helicoverpa amigera</i> nas Mesorregiões Leste e Sul do Estado do Maranhão.	Portaria nº 265 de 06/12/2016
228	Estabelece critérios e procedimentos para importação de material multiplicativo vegetal destinado unicamente a pesquisa científica e experimentação.	IN nº 52 de 01/12/2016
229	Acrescenta as regras que estabelece critérios para a importação de material vegetal multiplicativo para fins de pesquisa científica o solo e substrato orgânico.	IN nº 52 de 01/12/2016
230	Atribui ao setor de sanidade da SFA/UF a responsabilidade pela fiscalização do material vegetal multiplicativo a ser importado.	IN nº 52 de 01/12/2016
231	Estabelece procedimentos administrativos no caso de detecção de praga quarentenária ou sem registro de ocorrência no Brasil presente no material vegetal multiplicativo a ser importado.	IN nº 52 de 01/12/2016
232	Estabelece critérios e procedimentos para as alterações de registro de produto de uso veterinário de natureza farmacêutica e biológica	IN nº 23 de 22/12/2016
233	Aprova normas técnicas específicas para a produção integrada de trigo.	IN nº 42 de 09/11/2016
234	Aprova normas técnicas específicas para a produção integrada de arroz.	IN nº 42 de 09/11/2016
235	Aprova normas técnicas específicas para a produção integrada de gengibre.	IN nº 42 de 09/11/2016
236	Aprova normas técnicas específicas para a produção integrada de inhame.	IN nº 42 de 09/11/2016
237	Aprova normas técnicas específicas para a produção integrada de taro.	IN nº 42 de 09/11/2016
238	Aprova normas técnicas específicas para a produção integrada de feijão.	IN nº 42 de 09/11/2016
239	Aprova normas técnicas específicas para a produção integrada de flores.	IN nº 42 de 09/11/2016
240	Aprova normas técnicas específicas para a produção integrada de plantas ornamentais.	IN nº 42 de 09/11/2016
241	Aprova normas técnicas específicas para a produção integrada de uva para processamento.	IN nº 42 de 09/11/2016

Medidas Normativas do Plano Agro+

242	Aprova normas técnicas específicas para a produção integrada de anonáceas.	IN nº 42 de 09/11/2016
243	Aprova normas técnicas específicas para a produção integrada de amendoim.	IN nº 42 de 09/11/2016
244	Aprova normas técnicas específicas para a produção integrada de tomate tutorado.	IN nº 42 de 09/11/2016
245	Submeter à Consulta Pública, o Projeto de Instrução Normativa que estabelece os procedimentos para submissão de proposta, avaliação, divulgação, validação e implementação de novas tecnologias na obtenção de produtos de origem animal em estabelecimentos com registro ou relacionamento no DIPOA/SDA/MAPA.	Despacho SDA de 23/12/2016
246	Estabelece que as ações referentes ao registro genealógico e as provas zootécnicas sejam realizadas no âmbito do DFIP/SDA/MAPA.	Portaria nº 06 de 06/01/2017
247	Institui Grupo de Trabalho Interministerial com finalidade de revisar e aprimorar o sistema de permissionamento de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros no Brasil	Portaria nº 50 de 10/01/2017
248	Estabelece os procedimentos para registro, renovação, alteração, auditoria e cancelamento de registro de produtos de origem animal produzidos por estabelecimentos registrados ou relacionados no Serviço de Inspeção Federal – SIF, e por estabelecimentos estrangeiros habilitados a exportar para o país.	IN nº 01 de 11/01/2017
249	Proibi a captura, o transporte, o beneficiamento, a industrialização e a comercialização de qualquer indivíduo da espécie <i>Ucides cordatus</i> , conhecido popularmente como caranguejo-uçá, nos Estados do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, durante a “andada”, correspondendo aos seguintes períodos de lua cheia e de lua nova.	IN nº 06 de 16/01/2017
250	Altera o Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente.	Decreto nº 8.967 de 23/01/2017
251	Altera o Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015, que dispõe sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira	Decreto nº 8.967 de 23/01/2017
252	Designa os representantes dos órgãos e entidades para compor o Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Camarões Norte e Nordeste – CPG Camarões Norte e Nordeste.	Portaria nº 218 de 27/01/2017
253	Designa membros para compor o Subcomitê Científico – SCC do Comitê Permanente de Gestão de Atuns e Afins – CPG atuns e afins.	Portaria nº 222 de 27/01/2017

Medidas Normativas do Plano Agro+

254	Designa membros para compor o Subcomitê Científico – SCC, do Comitê de Gestão e do Usos Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas Amazônica e Tocantins/ Araguaia – CPG Norte.	Portaria nº 223 de 27/01/2017
255	Designa membros para compor o Subcomitê Científico – SCC do Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pelágicos – CPG Pelágicos Sudeste e Sul.	Portaria nº 224 de 27/01/2017
256	Constitui o Comitê de Governança, Riscos e Controle – CGRC/MAPA.	Portaria nº 276 de 02/02/2017
257	Institui a Unidade Técnica Virtual de Defesa Agropecuária do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (UTVDA-DIPOA).	Portaria nº 10 de 31/01/2017
258	Institui a Unidade Técnica Virtual de Defesa Agropecuária do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas (UTVDA-DFIA).	Portaria nº 10 de 31/01/2017
259	Aprova o Plano de Ação “Pescador Legal”.	Portaria nº 346 de 08/02/2017
260	Institui o Comitê Revisor do Cadastro de Pescadores Profissionais (CRC-PA/MAPA) no âmbito do Mapa.	Portaria nº 346 de 08/02/2017
261	Institui o Comitê Revisor do Cadastro de Pescadores Profissionais Artesanais.	Portaria nº 346 de 08/02/2017
262	Estabelece que a Coordenação dos Comitês Revisores será exercida pelo Secretário de Aquicultura e Pesca – SAP/Mapa	Portaria nº 346 de 08/02/2017
263	Extingue algumas das Unidades de Vigilância Agropecuárias	Portaria nº 333 de 07/01/2017
264	Ajusta competências e restabelece algumas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	Portaria nº 333 de 07/01/2017
265	Extingue algumas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	Portaria nº 333 de 07/01/2017
266	Estabelece cota anual de óleo diesel aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueira habilitadas a esse tipo de subvenção.	Portaria nº 303 de 09/02/2017
267	Estabelece requisitos fitossanitários para importação de frutos de pera produzidos na República da Coreia.	IN nº 04 de 10/02/2017
268	Define abrangência da IN para estabelecimentos agroindustrial de pequeno porte (individual, familiares ou equivalentes)	IN nº 5 de 14/02/2017
269	Prever que o estabelecimento poderá está instalado em anexa a residência do proprietário, desde que tenha entrada independente.	IN nº 5 de 14/02/2017
270	Não estabelece de maneira peremptória as alturas de pé direito, nem altura ou material do	IN nº 5 de 14/02/2017

Medidas Normativas do Plano Agro+

	revestimento. Ressalta apenas que tem que ser impermeável.	
271	Dispensa os estabelecimentos ter forro	IN nº 5 de 14/02/2017
272	Não detalha os equipamentos necessários, apenas estabelece que devem ser adequados as operações dos estabelecimentos	IN nº 5 de 14/02/2017
273	Permite que o mesmo estabelecimentos sejam multifuncionais e os mesmos equipamentos, desde que higienizados, possam ser utilizados nas diferentes atividades.	IN nº 5 de 14/02/2017
274	Permite o armazenamento, na mesma área, de produtos de diferentes naturezas, desde que tomados cuidados adequados.	IN nº 5 de 14/02/2017
275	Prever a possibilidade de substituir as câmaras frias por equipamentos de frio.	IN nº 5 de 14/02/2017
276	Prever local adequado para lavagem de uniformes do pessoal.	IN nº 5 de 14/02/2017
277	Estabelece que deve haver sanitários e vestiários adequados, sem impor condições específicas.	IN nº 5 de 14/02/2017
278	Estabelece a capacidade de produção da pequena agroindústria de leite – 2.000 litros por dia	IN nº 5 de 14/02/2017
279	Refere-se aos equipamentos e áreas necessárias para o processamento do leite. Tanto as exigências de equipamentos como as dimensões e separações de áreas são bem mais simples que as do RIISPOA	IN nº 5 de 14/02/2017
280	Estabelece instalações de laboratório simplificadas e, em algumas situações dispensadas.	IN nº 5 de 14/02/2017
281	Define condições de instalações das queijarias mais simplificadas e apenas com equipamentos indispensáveis.	IN nº 5 de 14/02/2017
282	Estabelece a possibilidade de ser dispensada a exigência de água quente ou vapor par higienização.	IN nº 5 de 14/02/2017
283	Define o que se entende por equipamentos mínimos necessários para os laticínios (ex: Dispensa de resfriador a placa, tanque de estocagem em situações especiais)	IN nº 5 de 14/02/2017
284	Define o que se entende por equipamentos mínimos necessários para beneficiamento do leite.	IN nº 5 de 14/02/2017
285	Define o que se entende por equipamentos mínimos para produção de leite fermentado e bebida láctea.	IN nº 5 de 14/02/2017
286	Define o que se entende por equipamentos mínimos para a produção de queijos	IN nº 5 de 14/02/2017
287	Define o que se entende por equipamentos mínimos para a produção de requeijão	IN nº 5 de 14/02/2017
288	Define o que se entende por equipamentos mínimos para a produção de creme de leite	IN nº 5 de 14/02/2017
289	Define o que se entende por equipamentos mínimos para a produção de queijos	IN nº 5 de 14/02/2017
290	Define o que se entende por equipamentos mínimos para a produção de doce de leite	IN nº 5 de 14/02/2017

Medidas Normativas do Plano Agro+

291	Define o que se entende por equipamentos mínimos para a produção de ricota	IN nº 5 de 14/02/2017
292	Delimita o tamanho (volume de produção) do pequeno produtor de mel de abelha – 40 toneladas ano.	IN nº 5 de 14/02/2017
293	Estabelece as condições de estabelecimentos para as pequenas agroindústrias de mel	IN nº 5 de 14/02/2017
294	Estabelece o uso de equipamentos e utensílios na pequena agroindústria de mel.	IN nº 5 de 14/02/2017
295	Define o pequeno produtor de ovos como aquele receber até 3.600 ovos de galinha ou 18.000 ovos de codorna por dia	IN nº 5 de 14/02/2017
296	Estabelece as condições de estabelecimentos para as pequenas agroindústrias de ovos	IN nº 5 de 14/02/2017
297	Estabelece o uso de equipamentos, utensílios e procedimentos nas pequenas agroindústrias de ovos.	IN nº 5 de 14/02/2017
298	Dispensa de instalações para o SIF	IN nº 5 de 14/02/2017
299	Possibilita a armazenagem do mel, se a extração ocorrer no mesmo dia, na recepção.	IN nº 5 de 14/02/2017
300	Permite dependência multifuncional para beneficiamento do mel.	IN nº 5 de 14/02/2017
301	Pode-se usar os sanitários da residência do proprietário	IN nº 5 de 14/02/2017
302	Previsão de pavimentação ser feita com brita nas áreas de circulação dos veículos.	IN nº 5 de 14/02/2017
303	O resfriador e o tanque de estocagem do leite pode ser substituído por tanque de expansão.	IN nº 5 de 14/02/2017
304	Concede prazo para que as Organizações Nacionais de Proteção Fitossanitária – ONPF dos países de origem adaptem os seus procedimentos ao disposto no inciso I do art. 2º da Instrução Normativa nº 17, de 29 de setembro de 2016, ficando dispensada, nesse período, a exigência de apresentação da Declaração Adicional de que trata o referido inciso, bem como os procedimentos previstos no art. 3º da mesma Instrução Normativa para os produtos correspondentes.	IN nº 03 de 07/02/2017
305	Estabelece o Regulamento Técnico da Amêndoa da Castanha de Caju, definindo o seu padrão oficial de classificação.	IN nº 02 de 06/02/2017
306	Estabelece os requisitos de identidade e qualidade para Amêndoa da Castanha de Caju.	IN nº 02 de 06/02/2017
307	Estabelece regras de amostragem, o modo de apresentação e a marcação ou rotulagem, nos aspectos referentes à classificação da Amêndoa da Castanha de Caju.	IN nº 02 de 06/02/2017
308	Promove modificações na IN nº 32 de 04/11/2017 que defini os modelos de documentos, bem como suas respectivas finalidades, a serem adotados no exercício da fiscalização de bebidas, fermentados	IN nº 04 de 06/02/2017

Medidas Normativas do Plano Agro+

	acéticos, vinhos e derivados da uva e do vinho e de suas matérias primas.	
309	Altera a Portaria Interministerial nº 259, de 25 de novembro de 2016 que estabelece parâmetros para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, por meio de leilões públicos.	Portaria Interministerial nº 271 de 16/12/2016
310	Estabelece as diretrizes gerais para análise e aprovação dos Planos de Trabalho da Ação Fomento ao Setor Agropecuário pelas Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA/MAPA.	Portaria nº 415 de 16/02/2017
311	Estabelece os requisitos fitossanitários para a importação de frutos in natura de pera (<i>Pyrus pyrifolia</i>), Categoria 3, Classe 4, produzidos na Bélgica.	IN nº 06 de 16/02/2017
312	Estabelece os requisitos fitossanitários para a importação de grãos de café (<i>Coffea canéfora</i> L.) produzidos no Vietnã.	IN nº 7 de 17/02/2017
313	Estabelece que os envios de grãos de café (<i>Coffea canéfora</i> L.) importados do Vietnã, devem vir acompanhados de Certificado Fitossanitário – CF, emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária – ONPF do Vietnã.	IN nº 7 de 17/02/2017
314	Aprovação do plano de trabalho para implementação do sistema integrado para diminuição do risco associado às pragas <i>Lobesia botrana</i> , <i>Neofabraea alba</i> , <i>Phacidiopycnis pyri</i> , <i>Neonectria galigena</i> , <i>Monilinia fructigena</i> e <i>Erwinia amylovora</i> na exportação de Pera (<i>Pyrus communis</i>) da Bélgica para o Brasil.	RESOLUÇÃO Nº 1 de 21/02/2017
315	Aprovação do plano de trabalho para implementação do sistema integrado de medidas fitossanitárias de mitigação de risco associado às pragas <i>Amphitetranychus viennensis</i> , <i>Tetranychus kanzawai</i> , <i>Tetranychus truncatus</i> , <i>Crisicoccus matsumotoi</i> , <i>Planococcus kraunhiae</i> , <i>Acrobasis pyrivorella</i> , <i>Adoxophyes orana</i> , <i>Carposina sasakii</i> , <i>Conogethes punctiferalis</i> , <i>Grapholita dimorpha</i> , <i>Spilonota albicans</i> , <i>Spilonota ocellana</i> , <i>Alternaria gaisen</i> , <i>Botryosphaeria berengeriana</i> f. sp. <i>Piricola</i> , <i>Gymnosporangium asiaticum</i> , <i>Gymnosporangium sabinae</i> e <i>Monilinia fructigena</i> na exportação de Pera (<i>Pyrus pyrifolia</i>) da República da Coreia (Coreia do Sul) para o Brasil.	RESOLUÇÃO Nº 2 de 24/02/2017
316	Estabeleceu no período de 1º de outubro a 31 de janeiro, como período de defeso da piracema, no Estado de Mato Grosso, nos rios das bacias hidrográficas dos rios Amazonas, Araguaia-Tocantins e Paraguai.	IN interministerial nº 10 de 03/03/2017

Medidas Normativas do Plano Agro+

317	Reconhecimento da equivalência do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal de Santa Maria/RS para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produto de Origem Animal – SISBIPOA, do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA	Portaria nº 29 de 02/03/2017
318	Submeteu a consulta pública o Projeto de Instrução Normativa e Anexos que aprova O REGULAMENTO TÉCNICO PARA EXPORTAÇÃO DE BOVINOS VIVOS, DESTINADOS AO ABATE E REPRODUÇÃO.	Portaria nº 30 de 02/03/2017
319	Submeteu a consulta pública o Projeto de Instrução Normativa e Anexos que aprova O REGULAMENTO TÉCNICO PARA EXPORTAÇÃO DE BUBALINOS VIVOS, DESTINADOS AO ABATE E REPRODUÇÃO.	Portaria nº 30 de 02/03/2017
320	Submeteu a consulta pública o Projeto de Instrução Normativa e Anexos que aprova O REGULAMENTO TÉCNICO PARA EXPORTAÇÃO DE OVINOS VIVOS, DESTINADOS AO ABATE E REPRODUÇÃO.	Portaria nº 30 de 02/03/2017
321	Submeteu a consulta pública o Projeto de Instrução Normativa e Anexos que aprova O REGULAMENTO TÉCNICO PARA EXPORTAÇÃO CAPRINOS VIVOS, DESTINADOS AO ABATE E REPRODUÇÃO.	Portaria nº 30 de 02/03/2017
322	Exclui as exigências de vigilância epidemiológica para Salmonella Enteritidis, Salmonella Typhimurium, Salmonella Gallinarum e Salmonella Pullorum das aves de um dia e ovos férteis que forem provenientes de granjas de reprodução certificadas como livres para estes agentes patogênicos e vacinadas para a doença de Newcastle.	IN nº 08 de 17/02/2017
323	Especifica quais técnicas laboratoriais os estabelecimentos avícolas devem utilizar no diagnóstico de salmonelas.	IN nº 08 de 17/02/2017
324	Inclui critérios para que o serviço veterinário oficial determine a realização de colheitas aleatórias a qualquer tempo nos estabelecimentos avícolas.	IN nº 08 de 17/02/2017
325	Estabelece procedimentos de manuseio, acondicionamento e envio ao laboratório das amostras colhidas nos estabelecimentos avícolas.	IN nº 08 de 17/02/2017
326	Estabelece quais são os procedimentos que devem ser adotados na colheita de amostras no galpão do núcleo, em aviários.	IN nº 08 de 17/02/2017
327	Especifica as ações sanitárias a serem adotadas nos núcleos que apresentarem positividade no lote de aves alojadas para Salmonella Enteritidis, Salmonella Typhimurium, Salmonella Gallinarum e Salmonella Pullorum.	IN nº 08 de 17/02/2017
328	Estabelece condições para trânsito de aves provenientes de núcleos que apresentarem positividade para Salmonella Enteritidis, Salmonella Typhimurium, Salmonella Gallinarum e Salmonella Pullorum.	IN nº 08 de 17/02/2017

Medidas Normativas do Plano Agro+

329	Estabelece regulamentados o horário de funcionamento das unidades administrativas, a jornada de trabalho e as normas e procedimentos do registro eletrônico de ponto dos servidores, empregados públicos e estagiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.	PORTARIA Nº 461 de 23/02/2017
330	Estabelece as missões diplomáticas brasileiras no exterior que contarão com adidos agrícolas e a quantidade de adidos por posto e/ou missão diplomática.	Portaria Interministerial nº 33 de 03/01/2017
331	Foi autorizada a venda de até 720 mil sacas de café o que permitiu a retomada dos leilões.	Resolução CIEP nº 01 de 18/01/2017
332	Estabelece o plano de amostragem e limites de referência para o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal – PNCRC de 2017 para a cadeia da carne de bovinos.	IN nº 9 de 21/02/2017
333	Estabelece o plano de amostragem e limites de referência para o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal – PNCRC de 2017 para a cadeia da carne de suínos.	IN nº 9 de 21/02/2017
334	Estabelece o plano de amostragem e limites de referência para o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal – PNCRC de 2017 para a cadeia da carne de caprinos.	IN nº 9 de 21/02/2017
335	Estabelece o plano de amostragem e limites de referência para o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal – PNCRC de 2017 para a cadeia da carne de ovinos.	IN nº 9 de 21/02/2017
336	Estabelece o plano de amostragem e limites de referência para o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal – PNCRC de 2017 para a cadeia da carne de equinos.	IN nº 9 de 21/02/2017
337	Estabelece o plano de amostragem e limites de referência para o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal – PNCRC de 2017 para a cadeia da carne de coelho.	IN nº 9 de 21/02/2017
338	Estabelece o plano de amostragem e limites de referência para o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal – PNCRC de 2017 para a cadeia da carne aves.	IN nº 9 de 21/02/2017
339	Estabelece o plano de amostragem e limites de referência para o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal – PNCRC de 2017 para a cadeia da carne avestruz.	IN nº 9 de 21/02/2017

Medidas Normativas do Plano Agro+

340	Estabelece o plano de amostragem e limites de referência para o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal – PNCRC de 2017 para a cadeia do leite.	IN nº 9 de 21/02/2017
341	Estabelece o plano de amostragem e limites de referência para o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal – PNCRC de 2017 para a cadeia do pescado.	IN nº 9 de 21/02/2017
342	Estabelece o plano de amostragem e limites de referência para o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal – PNCRC de 2017 para a cadeia do mel.	IN nº 9 de 21/02/2017
343	Estabelece o plano de amostragem e limites de referência para o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal – PNCRC de 2017 para a cadeia dos ovos.	IN nº 9 de 21/02/2017
344	Redefiniu e modernizou o entendimento de estabelecimento de produtos de origem animal, sobre inspeção federal.	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
345	Acrescenta a norma um sumário atualizado com definições de termos e de conceitos empregados na atividade de inspeção de produtos de origem animal	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
346	Estabelece quando e em que tipo de estabelecimento será instalada – em caráter permanente – a inspeção de carnes e derivados que abatem as diferentes espécies de açougue e caça.	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
347	Redefine a abrangência da inspeção e fiscalização industrial e sanitária de produtos de origem animal.	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
348	Reclassifica os estabelecimentos produtores de produtos de origem animal, incluindo os produtos não comestíveis e os armazenadores.	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
349	Reclassifica, modernizando e simplificando, a classificação geral dos estabelecimentos de carnes e derivados (de 30 para 18).	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
350	Define o tipo de estabelecimento que deverá produzir os produtos colagênicos e as gelatinas.	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
351	Reclassifica os estabelecimentos de pescados e derivados, acrescentando conceitos mais modernos e prevendo novos estabelecimentos.	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
352	Reclassifica os estabelecimentos de ovos e seus derivados, reunindo os entrepostos de ovos e fábrica de conserva de ovos numa única categoria denominada Unidade de Beneficiamento de Ovos e derivados	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
353	Reclassifica os estabelecimentos de leite e derivados	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
354	Reclassifica os estabelecimentos de produtos de abelhas e derivados	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
355	Estabelece, classifica e define os estabelecimentos de armazenagem	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017

Medidas Normativas do Plano Agro+

356	Estabelece, classifica e define os estabelecimentos de produtos não comestíveis.	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
357	Simplifica os procedimentos de registro e relacionamento de estabelecimentos.	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
358	Melhora e moderniza os processos relacionados a transferência dos estabelecimentos.	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
359	Reúne em um mesmo título as condições gerais que os estabelecimentos produtores de produtos de origem animal devem atender sobre aspectos de instalações e equipamentos mínimos, higiene e limpeza e demais obrigações dos estabelecimentos.	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
360	No capítulo que trata das obrigações dos estabelecimentos foram suprimidos itens não aplicáveis que ainda estavam vigentes e que conflitavam com a Lei 8.112/90.	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
361	Promove modernização no título que trata da inspeção industrial e sanitária	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
362	Para a inspeção industrial e sanitária de carnes e derivados, traz novos conceitos de inspeção ante mortem e post mortem	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
363	Promove atualização das nomenclaturas e define providências a serem observadas no abate dos animais, seja ele normal ou de emergência	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
364	Estabelece novas providências e moderniza os procedimentos de inspeção post mortem de aves e lagomorfos	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
365	Estabelece novas providências e moderniza os procedimentos de inspeção post mortem de bovídeos	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
366	Estabelece novas providências e moderniza os procedimentos de inspeção post mortem de equídeos	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
367	Estabelece novas providências e moderniza os procedimentos de inspeção post mortem de ovinos e caprinos	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
368	Estabelece novas providências e moderniza os procedimentos de inspeção post mortem de suídeos	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
369	Estabelece novas providências e moderniza os procedimentos de inspeção post mortem de pescado	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
370	Estabelece novos critérios de inspeção industrial e sanitária de ovos e seus derivados	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
371	Estabelece novos critérios de inspeção industrial e sanitária de leite e derivados	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
372	Estabelece novos critérios de inspeção industrial e sanitária de produtos de abelhas e derivados	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
373	Apresenta conceitos mais atualizados dos padrões de identidade e qualidade dos produtos de origem animal	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
374	Define e traz conceituação de padrões de identidade e qualidade de carnes e derivados (sobre matérias-	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017

Medidas Normativas do Plano Agro+

	primas, produtos cárneos e produtos não comestíveis	
375	Define e traz conceituação de padrões de identidade e qualidade de pescado e seus derivados (sobre produtos comestíveis e produtos não comestíveis)	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
376	Define e traz conceituação de padrões de identidade e qualidade de ovos e seus derivados	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
377	Define e traz conceituação de padrões de identidade e qualidade de leites e derivados lácteos (sobre o creme de leite, a manteiga, os queijos, os leites fermentados, os leites concentrados e desidratados, os demais derivados lácteos)	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
378	Define e traz conceituação de padrões de identidade e qualidade de produtos de abelhas e derivados	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
379	Simplifica, racionaliza e moderniza o processo de avaliação das rotulagens dos produtos de origem animal	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
380	Estabelece critérios de uso para os diferentes carimbos do Serviço de Inspeção Federal – SIF – redefinição de modelos simplificando de 18 modelos para 7	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
381	Redefine o uso dos carimbos nas carcaças em estabelecimentos de ciclos fechados	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
382	Redefine os procedimentos de análise laboratorial dos produtos e matérias primas de origem animal, detalhando os ritos processuais para análise pericial.	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
383	Traz nova redação para o título referente a reinspeção industrial e sanitária, detalhando a abrangência do procedimento de reinspeção.	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
384	Melhora as definições e os procedimentos relativos ao trânsito de produtos de origem animal.	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
385	Melhora as definições e os procedimentos relativos a certificação de produtos de origem animal.	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
386	Moderniza o título do RIISPOA referente as responsabilidades sobre a infração, medidas cautelares, infrações, penalidades e processo administrativo	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
387	Inserida definição de estabelecimentos de produtos de origem animal de pequeno porte, possibilitando a legalização de pequenas agroindústrias.	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
388	Inclui na rotina de fiscalização a realização de análises de biologia molecular, como o exame de DNA, antes não previstas.	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
389	Foi promovida uma revisão na definição de granja de forma que só sejam registradas aquelas que produzem ovos para comercialização direta	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
390	Foi revisada a relação de documentos e plantas a serem apresentados a ser apresentados ao órgão de inspeção – processo de registro.	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
391	Poderá ser dispensada a reinspeção de produtos importados quando o histórico do produto/	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017

Medidas Normativas do Plano Agro+

	demonstrar baixa ocorrência de não conformidades – buscando a agilização dos procedimentos de importação	
392	Foi facultado o aproveitamento condicional de matérias-primas e produtos em outro estabelecimento sob Inspeção Federal, desde que haja efetivo controle de sua rastreabilidade e comprovação do recebimento no destino.	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
393	No novo RIISPOA ficaram mantidas apenas as definições referentes aos produtos tradicionais sendo suprimidas as definições dos demais.	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
394	Todos os artigos que tratavam de produtos impróprios para o consumo (19 no total) foram cotejados e agrupados em um artigo único e geral,	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
395	Houve a padronização de uso de algumas expressões como: “normas complementares”, “coleta de amostras”, “saúde animal” e etc.	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
396	Foram atualizadas as definições de alteração e fraude e caracterizadas as condições em que os produtos se enquadram nestas situações, assim como as situações em que os mesmos são considerados impróprios para o consumo.	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
397	Propõe a criação de um comitê científico para formulação de pareceres frente às demandas do DIPOA.	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
398	O RIISPOA foi reordenado e o texto reduzido em cerca de 400 artigos.	Decreto nº 9.013 de 29/03/2017
399	Altera o valor da penalidade de multa nas infrações relativas ao Regulamento de Inspeção Sanitária e Industrial dos Produtos de Origem Animal.	Medida Provisória nº 772 de 29/03/2017
400	Aprovada a proposta dos representantes da Câmara Técnica do CIEP que, em reunião virtual ocorrida em 16 de fevereiro de 2017, deliberaram sobre a venda “Balcão” de até 250 mil toneladas de milho em grãos, para o atendimento aos pequenos criadores de aves, suínos, bovinos, ovinos e caprinos, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).	Resolução nº 4 de 31/03/2017
401	Estabeleceu parâmetros para a liberação de milho em grãos dos estoques públicos para as regiões Nordeste e Norte, com a concessão de subvenção econômica, na forma de venda direta denominada programa de “Venda Balcão”, a ser operacionalizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)	Portaria Interministerial nº 780 de 31/03/2017
402	Submeteu à consulta pública a Nota Técnica Conclusiva nº 06/2017/DFA/CGAA/DFIA/SDA/MAPA, com base nas deliberações da Comissão Técnica de Reavaliação Agronômica de Produtos Formulados de Agrotóxicos e Afins Registrados para o Controle de <i>Phakopsora pachyrhizi</i> na Cultura da Soja, sobre a decisão quanto	Portaria nº 48 de 03/04/2017

Medidas Normativas do Plano Agro+

	aos aspectos agronômicos e os encaminhamentos para os produtos formulados reavaliados.	
403	Instituiu o Programa de Integridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com o objetivo de implementar e aprimorar mecanismos de prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e desvios de conduta, em consonância com o respectivo Plano de Integridade, deverá contemplar diretrizes e mecanismos de apoio e fomento à implantação de políticas de compliance pelos estabelecimentos agropecuários sujeitos à fiscalização federal.	Portaria nº 705 de 07/04/2017
404	Instituiu a Comissão Técnica Permanente de Bem-Estar Animal – CTBEA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com o objetivo de coordenar ações em bem-estar dos animais de produção e de interesse econômico nos diversos elos da cadeia pecuária.	Portaria nº 905 de 19/04/2017
405	Estabeleceu os requisitos fitossanitários para a importação de frutos de mirtilo (<i>Vaccinium corymbosum</i>), Categoria 3, Classe 4, produzidos no Peru.	IN nº 11 de 23/03/2017
406	Submeteu à consulta pública, pelo prazo de 30 (trinta) dias, o Projeto de Instrução Normativa que propõe a inclusão das aves como espécies consideradas de interesse zootécnico e econômico para fins de registro genealógico animal.	Portaria nº 57 de 25/04/2017
407	Estabeleceu o regulamento de Produção, a Comercialização e a Utilização de Sementes e Mudanças de Espécies Florestais ou de Interesse Ambiental ou Medicinal, nativas e Exóticas, afim de garantir sua procedência, identidade e qualidade.	IN nº 17 de 26/04/2017
408	Regulamentou a emissão de Certificado de Registro e Autorização de Pesca de embarcação pesqueira, o qual passa a valer pelo período de 3(três) anos para autorização, contados a partir da data de expedição.	Portaria nº 822 de 12/04/2017
409	Instituiu competência às Coordenações de Pesca e Aquicultura para acompanhar a regularidade no pagamento das taxas anuais das embarcações licenciadas, em conformidade com o previsto no Art. 6º do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967.	Portaria nº 822 de 12/04/2017
410	Determinou que em caso de ausência de recolhimento da taxa anual relativa ao registro de embarcações, deve a respectiva Coordenação de Pesca e Aquicultura providenciar o recolhimento da autorização de pesca emitida, ou, em caso de impossibilidade, ou negativa, publicação de ato suspensivo no Diário Oficial da União, além de comunicação às autoridades marítimas e ambientais competentes.	Portaria nº 822 de 12/04/2017

Medidas Normativas do Plano Agro+

411	Estabeleceu a reestruturação do Comitê Permanente de Análise e Revisão de Atos Normativos da Secretaria de Defesa Agropecuária – CPAR/SDA, colegiado diretamente ligado ao Secretário de Defesa Agropecuária e instituído pela Portaria nº 121, de 26 de setembro de 2012.	Portaria nº 58 de 28/04/2017
412	Estabeleceu os requisitos fitossanitários para a importação de sementes de cártamo (<i>Carthamus tinctorius</i>), Categoria 4, Classe 3, produzidas nos Estados Unidos da América.	Instrução Normativa nº 13 de 05/05/2017
413	Instituiu o Grupo de Trabalho – GT com o objetivo de avaliar alternativas passíveis de serem praticadas em um modelo de gestão do Complexo de Abate de Peixes de Bananeiras (PB), objeto de execução mediante convênio com este Ministério, bem como propor os ajustes necessários à complementação do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica do citado empreendimento.	Portaria nº 977 de 04/05/2017
414	Estabeleceu o cronograma de execução do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal - PNCRC/Vegetal para o ano de 2017	IN nº de 25/04/2017
415	Estabeleceu critérios e procedimentos para a concessão de Autorização de Pesca Complementar para a captura de tainha (<i>Mugil liza</i>), para a modalidade de emalhe costeiro de superfície que utilize anilhas art. 2º, III, da Portaria Interministerial MDIC-MMA-MAPA n.º 23, de 27 de abril de 2017, nas Regiões Sudeste e Sul do País, na temporada de pesca do ano de 2017.	Portaria nº 1008 de 09/05/2017
416	Instituiu o Comitê de Acompanhamento e Avaliação para a seleção de embarcações para a pesca da tainha (<i>Mugil liza</i>), safra 2017, em suas diversas etapas, nas modalidades cerco e emalhe costeiro de superfície que utilize anilhas, de acordo com as Portarias SAP nº 1.008 e nº 1.009, ambas de 09 de maio de 2017	Portaria nº 1011 de 09/05/2017
417	Instituiu o Comitê Organizador com o objetivo de planejar e coordenar as ações relacionadas ao reconhecimento internacional da Certificação do Brasil como País Livre da Febre Aftosa, durante a 86ª Sessão Geral da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), em maio de 2018.	Portaria nº 997 de 10/05/2017
418	Designou servidores para compor a Comissão, Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO.	Portaria nº 538 de 10/05/2017
419	Constituiu Grupos de Trabalho de que trata o inciso IV do § 2º do art. 3º da Portaria nº 171, de 30 de agosto de 2016: GT de Florestas Plantadas, Aquicultura e Pesca, Segurança Alimentar, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, ABC,	Portaria nº 1029 de 05/05/2017

Medidas Normativas do Plano Agro+

	Resíduos Sólidos, Licenciamento Ambiental, Clima, Biodiversidade, Recursos Hídricos e Código Florestal.	
420	Estabeleceu procedimentos para habilitação, aprovação e fiscalização da execução dos projetos dentro do Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.	IN nº 08 de 11/05/2017
421	Estabeleceu normas para o credenciamento de entidade para realizar o Treinamento em Manejo Pré-abate e Abate de Animais com fins de capacitar e emitir Certificado de Aptidão dos responsáveis pelo abate humanitário nos estabelecimentos de abate para fins comerciais.	IN nº 12 de 11/05/2017
422	Estabeleceu os requisitos de ROTULAGEM de bebida, fermentado acético, vinho e derivado da uva e do vinho.	Projeto de IN nº de 2016
423	Instituiu no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária o Programa de Avaliação da Qualidade e Aperfeiçoamento dos Serviços Veterinários Oficiais das instâncias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, com o objetivo de monitorar e promover a melhoria desses serviços.	IN nº 14 de 12/05/2017
424	Definiu procedimentos de homologação, a estrutura básica e os requisitos mínimos do manual de procedimentos dos protocolos privados de rastreabilidade de adesão voluntária, relacionados à cadeia produtiva de animais domésticos e seus produtos e subprodutos, quando suas garantias forem utilizadas como base para certificação oficial brasileira.	IN nº de 12/05/2017
425	Estabeleceu especificações para a elaboração de rótulos e bulas de agrotóxicos e afins pelas empresas titulares de registro, bem como as diretrizes para a inserção de dados e documentos no Sistema de Produtos Fitossanitários - Sistema Agrofit.	IN nº 16 de 18/05/2017
426	Instalou a Unidade Técnica Virtual de Defesa Agropecuária da Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária (UTVDA-Vigiagro) subordinada ao Coordenador-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária.	Portaria nº 65 de 18/05/2017
427	Alterou o Parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa MAPA nº 17, publicada no Diário Oficial, de 28 de abril de 2017, dispondo que se dispensa as exigências desta Instrução Normativa aqueles que produzem exclusivamente em sua propriedade ou de que detenha a posse, e que comercializam diretamente ao usuário, até 10.000 mudas por ano de espécies nativas, Florestais ou de Interesse Ambiental ou Medicinal.	IN nº 19 de 16/05/2017
428	Alterou o art. 56 da Instrução Normativa MAPA nº 17, publicada no Diário Oficial, de 28 de abril de 2017, dispõe sobre a permissão do comércio	IN nº 19 de 16/05/2017

Medidas Normativas do Plano Agro+

	ambulante de mudas de espécies florestais ou de interesse ambiental ou medicinal.	
429	Definiu o cronograma de execução do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal - PNCRC/Vegetal para o ano de 2017.	IN nº12 de 30/05/2017
430	Alterou o Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, que regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.	Decreto nº 9069 de 31/05/2017
431	Estabeleceu em colegiado com os Ministros de Estado da Casa Civil, do Meio Ambiente, da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, parâmetros para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, por meio de pagamento a ser realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), por intermédio do instrumento de apoio à comercialização dos produtos extrativos, para o ano de 2017.	Portaria Interministerial nº 546 de 26/05/2017
432	Revista a legislação que dispõe sobre os títulos do agronegócio, por intermédio da Medida Provisória (MP) 725, de 11 de maio de 2016, que foi convertida na Lei nº 13.331, de 01 de setembro de 2016.	Lei nº 13.331, de 01 de setembro de 2016.
433	Revisão e consolidação dos normativos do PSR em documento único, a fim de facilitar o acesso às informações do Programa por parte dos beneficiários.	-
434	Estabeleceu novos procedimentos para registro, fiscalização e controle de estabelecimentos avícolas de reprodução, comerciais e de ensino ou pesquisa.	Instrução Normativa MAPA nº 18, de 25/05/2017
435	Estabeleceu novos procedimentos de registro, fiscalização e controle de estabelecimentos de criação de outras aves não contempladas nas definições de estabelecimentos avícolas à exceção de ratitas.	Instrução Normativa MAPA nº 18, de 25/05/2017
436	Aperfeiçoou a definição dos estabelecimentos de criação de aves ornamentais.	Instrução Normativa MAPA nº 18, de 25/05/2017
437	Para fins de registro e fiscalização, aprimorou a definição dos estabelecimentos de ensino ou pesquisa compreendidos pelas granjas, núcleos ou incubatórios destinados ao ensino ou pesquisa.	Instrução Normativa MAPA nº 18, de 25/05/2017
438	Aprova novo modelo de Termo de Adesão e Compromisso às Normas Técnicas para Certificação Sanitária da Compartimentação da Cadeia Produtiva Avícola para Influenza Aviária (IA) e doença de Newcastle (DNC).	Instrução Normativa SDA nº 18, de 09/06/2017
439	Define que o Certificado Sanitário do Compartimento terá validade de 2 (dois) anos,	Instrução Normativa SDA nº 18, de 09/06/2017

Medidas Normativas do Plano Agro+

	renovável, a pedido do interessado, por períodos sucessivos de igual duração. dias antes do término de sua validade	
440	Define a forma de realização, nas granjas de reprodução e corte, programa de vigilância periódica amostral, sob coordenação do SVO, com avaliações clínicas das aves e colheitas de amostras para diagnóstico laboratorial de IA e DNC.	Instrução Normativa SDA nº 18, de 09/06/2017
441	Alterou o escalonamento de implantação do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras, a ser cumprido pelas Unidades Armazenadoras.	IN nº 22 de 14/06/2017
442	Instituiu no âmbito da Administração Direta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação e Comunicação, deliberativo, com a finalidade de apoiar a gestão da tecnologia da informação e a implementação de políticas, diretrizes e ações.	Portaria nº 1.354 de 14/06/2017
443	Estabeleceu o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal - PNCEBT e a Classificação das Unidades da Federação de acordo com o grau de risco para as doenças brucelose e tuberculose, assim como a definição de procedimentos de defesa sanitária animal a serem adotados de acordo com a classificação.	IN nº 10 de 03/03/2017
444	Estabeleceu os requisitos fitossanitários para a importação de cogumelos comestíveis (Categoria 5, classe 10) de qualquer origem, destinados ao consumo.	IN nº 19 de 16/06/2017
445	Estabeleceu os requisitos fitossanitários para a importação de propágulos de cogumelos (Categoria 5, classe 10) das espécies comestíveis <i>Agaricus spp.</i> , <i>Boletus edulis</i> , <i>Lentinula edodes</i> , <i>Pleurotus spp.</i> e <i>Tuber spp.</i> de qualquer origem, destinados à multiplicação	IN nº 20 de 16/06/2017
446	Designou membros para Grupo Nacional de Emergência Fitossanitária para Monilíase do Cacaueiro (<i>Moniliophthora roreri</i>).	Portaria nº 1.361 de 16/06/2017
447	Constituiu o Grupo de Trabalho - GT para propor ações visando a ampliação a longevidade do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé, inclusive indicando mecanismos para a ampliação dos recursos do Fundo e a renovação do parque cafeeiro nacional com definição de fonte de financiamento.	Portaria nº 1.370 de 19/06/2017
448	Instituiu a Comissão Permanente de Gestão de Riscos Biológicos e Biossegurança em Laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários que manipulem agentes biológicos e suas partes, vírus e	Portaria nº 74 de 08/06/2017

Medidas Normativas do Plano Agro+

	suas partes e prions de interesse em saúde animal - COMBioLAB.	
449	Estabeleceu requisitos fitossanitários para a importação de frutos de granadilha (<i>Passiflora ligularis</i>), Categoria 3, Classe 4, produzidos no Peru.	IN nº 21 de 16/06/2017
450	Incorporou no ordenamento jurídico brasileiro as disposições relativas às "Cooperativas do MERCOSUL", aprovadas pela Decisão MERCOSUL/CMC/DEC. No- 54/2015, anexa à presente Portaria, que deverá ser inteiramente cumprida.	Portaria Nº 1.395 de 21/06/2017
451	Excluiu a exigência de Declarações Adicionais para mitigar o risco fitossanitário do inseto <i>Liposcelis entomophila</i> nos Certificados Fitossanitários para a importação de sementes de sorgo (<i>Sorghum bicolor</i>) da Austrália e de aveia (<i>Avena sativa</i>) do Chile, que constam, respectivamente, dos Anexos IV e VIII da Instrução Normativa nº 16, de 26 de agosto de 2015.	IN nº 23 de 03/07/2017
452	Estabelece que o fracionamento e a rotulagem de agrotóxicos e afins registrados, para uso exclusivo para a realização de pesquisa e experimentação, conduzida exclusivamente por entidade credenciada, somente poderá ser realizado por entidade credenciada, sob responsabilidade daquela.	Portaria Nº 85 de 03/07/2017
453	Estabeleceu o fracionamento e a rotulagem de agrotóxicos e afins registrados, para uso exclusivo para a realização de pesquisa e experimentação, conduzida exclusivamente por entidade credenciada, somente poderá ser realizado por entidade credenciada, sob responsabilidade daquela.	Portaria nº 85 de 06/07/2017
454	Submeteu à Consulta Pública pelo prazo de 60 (sessenta) dias o Projeto de Instrução Normativa e Anexos que estabelecem as normas de produção e comercialização de material de propagação de seringueira (<i>hevea.spp</i>) e dos seus padrões de identidade e de qualidade, com validade em todo o Território Nacional.	Portaria nº 86 de 07/07/2017
455	Aprovou as Normas para Importação e Exportação de Sementes e de Mudas	IN nº 25 de 27/06/2017
456	Estabeleceu o Regulamento Técnico da Batata, definindo o seu padrão oficial de classificação, com os requisitos de identidade e qualidade, a amostragem, o modo de apresentação e a marcação ou rotulagem, nos aspectos referentes à classificação do produto.	IN nº 27 de 27/06/2017
457	Aprovou as normas e procedimentos para o Fluxo de Pedidos de Acesso à Informação do sistema de Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, no âmbito	Portaria nº 1.434 de 03/07/2017

Medidas Normativas do Plano Agro+

	do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.	
458	Publicou os preços mínimos para as culturas de verão, regionais e sementes, válidos para a safra 2017/2018 e 2018, e para os produtos extrativos da safra 2017.	Portaria 1.577 de 17/07/2017
459	Regulamentou os procedimentos para a consulta sobre a existência de conflito de interesses e para a formalização de pedido de autorização para o exercício de atividade privada, em relação aos servidores em exercício no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, conforme o parágrafo único do art. 5º da Portaria Interministerial MP/CGU nº 333, de 19 de setembro de 2013.	Portaria nº 1.543 de 14/07/2017
460	Restabeleceu as Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Pato Branco/PR e Castro/PR.	Portaria nº 1.593 de 19/07/2017
461	Criou as Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Parnaíba/PI e Paritins/AM.	Portaria nº 1.593 de 19/07/2017
462	Extinguiu as Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Ponta Grossa/PR e Francisco Beltrão/PR.	Portaria nº 1.593 de 19/07/2017
463	Implantou o Programa de Avaliação da Qualidade e Aperfeiçoamento dos Serviços Veterinários Oficiais das instâncias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e suas diretrizes gerais no âmbito da saúde animal - Quali-SV.	IN nº 27 de 117/07/2017
464	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz de sequeiro no Estado de Tocantins, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 21 de 21/07/2017
465	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz de sequeiro no Estado da Bahia, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 23 de 21/07/2017
466	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz de sequeiro no Distrito Federal, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 24 de 21/07/2017
467	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz de sequeiro no Estado do Espírito Santo, ano safra 2017/2018.	Portaria nº 25 de 21/07/2017
468	Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz de sequeiro no Estado de Goiás, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 26 de 21/07/2017
469	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz de sequeiro no Estado do Maranhão, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 27 de 21/07/2017
470	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz de sequeiro no Estado de Minas Gerais, ano safra 2017/2018.	Portaria nº 28 de 21/07/2017

Medidas Normativas do Plano Agro+

471	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz de sequeiro no Estado de Mato Grosso do Sul, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 29 de 21/07/2017
472	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz de sequeiro no Estado de Mato Grosso, ano safra 2017/2018.	Portaria nº 30 de 21/07/2017
473	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz de sequeiro no Estado do Pará, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 31 de 21/07/2017
474	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz de sequeiro no Estado do Piauí, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 32 de 21/07/2017
475	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz de sequeiro no Estado do Paraná, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 33 de 21/07/2017
476	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz de sequeiro no Estado de Rondônia, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 34 de 21/07/2017
477	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz de sequeiro no Estado de São Paulo, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 35 de 21/07/2017
478	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado no Estado de São Paulo, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 36 de 21/07/2017
479	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado no Estado do Rio Grande do Sul, ano safra 2017/2018.	Portaria nº 37 de 21/07/2017
480	Aprovou o Zoneamento Agrícola para a cultura de arroz irrigado no Estado de Santa Catarina, ano-safra 2017/2018	Portaria nº 38 de 21/07/2017
481	Estabeleceu os procedimentos operacionais para as ações de prevenção, contenção, supressão e erradicação da praga quarentenária presente <i>Bactrocera carambolae</i> (mosca-da-carambola).	IN nº 28 de 20/07/2017
482	Delegou competências ao Diretor do Departamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC e, em seus impedimentos legais, ao respectivo substituto, para no âmbito do Departamento, observadas a legislação aplicável e as normas em vigor.	Portaria nº 1.656 de 24/07/2017
483	Constituiu o Comitê Permanente para Desburocratização - CPD/MAPA Eficiente, com o objetivo de identificar as ações e os projetos de simplificação administrativa, modernização da gestão pública e melhoria da prestação dos serviços públicos às empresas, aos cidadãos e à sociedade civil.	Portaria nº 1.591 de 18/07/2017
484	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado do Acre, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 94 de 02/08/2017

Medidas Normativas do Plano Agro+

485	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado da Bahia, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 95 de 02/08/2017
486	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado do Espírito Santo, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 97 de 02/08/2017
487	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado de Goiás, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 98 de 02/08/2017
488	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado de Minas Gerais, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 99 de 02/08/2017
489	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado de Mato Grosso do Sul, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 100 de 02/08/2017
490	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado de Mato Grosso, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 101 de 02/08/2017
491	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado do Pará, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 102 de 02/08/2017
492	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado do Paraná, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 103 de 02/08/2017
493	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado do Rio de Janeiro, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 104 de 02/08/2017
494	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado do Rio Grande do Sul, ano-safra 2017/2018	Portaria nº 105 de 02/08/2017
495	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado de Santa Catarina, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 106 de 02/08/2017
496	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado de Sergipe, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 107 de 02/08/2017
497	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado de São Paulo, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 108 de 02/08/2017
498	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado de Tocantins, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 109 de 02/08/2017
499	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 2ª safra no Distrito Federal, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 110 de 02/08/2017
500	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 2ª safra no Estado do Espírito Santo, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 111 de 02/08/2017
501	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 2ª safra no Estado de Goiás, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 112 de 02/08/2017

Medidas Normativas do Plano Agro+

502	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 2ª safra no Estado de Minas Gerais, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 113 de 02/08/2017
503	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 2ª safra no Estado de Mato Grosso do Sul, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 114 de 02/08/2017
504	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 2ª safra no Estado de Mato Grosso, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 115 de 02/08/2017
505	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 2ª safra no Estado do Paraná, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 116 de 02/08/2017
506	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 2ª safra no Estado do Rio de Janeiro, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 117 de 02/08/2017
507	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 2ª safra no Estado de Rondônia, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 118 de 02/08/2017
508	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 2ª safra no Estado do Rio Grande do Sul, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 119 de 02/08/2017
509	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 2ª safra no Estado de São Paulo, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 120 de 02/08/2017
510	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 2ª safra no Estado de Tocantins, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 121 de 02/08/2017
511	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 3ª safra no Estado do Paraná, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 122 de 02/08/2017
512	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 3ª safra no Estado do Rio de Janeiro, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 123 de 02/08/2017
513	Estabelecer os procedimentos técnico-administrativos para licenciamento de importação de agrotóxicos, produtos técnicos e afins.	IN nº 26 de 20/07/2017
514	Instalou a Unidade Técnica Virtual de Defesa Agropecuária da Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários (UTVDA-CGAL) subordinada ao Coordenador-Geral de Laboratórios Agropecuários.	Portaria nº 89 de 20/07/2017
515	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de soja no Estado do Acre, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 5 de 20/07/2017
516	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de soja no Estado da Bahia, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 7 de 20/07/2017
517	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de soja no Distrito Federa, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 8 de 20/07/2017

Medidas Normativas do Plano Agro+

518	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de soja no Estado do Maranhão, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 10 de 20/07/2017
519	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de soja no Estado de Minas Gerais, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 11 de 20/07/2017
520	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de soja no Estado de Mato Grosso, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 13 de 20/07/2017
521	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de soja no Estado do Pará, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 14 de 20/07/2017
522	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de soja no Estado do Paraná, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 16 de 20/07/2017
523	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de soja no Estado de Rondônia, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 17 de 20/07/2017
524	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de soja no Estado do Rio Grande do Sul, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 18 de 20/07/2017
525	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de soja no Estado do Rio Grande do Sul Estado de Santa Catarina, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 19 de 20/07/2017
526	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de soja no Estado de São Paulo, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 20 de 20/07/2017
527	Instituiu a Estratégia para Abertura, Ampliação e Promoção no Mercado Internacional do Agronegócio Brasileiro 2019- 2022, pela qual o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento reafirma o compromisso previsto na Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, de ampliar a competitividade do setor, a geração de divisas cambiais e a produção e disseminação de informações agropecuárias.	Portaria nº 1.564 de 20/07/2017
528	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado de Alagoas, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 39 de 27/07/2017
529	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado da Bahia, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 40 de 27/07/2017
530	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado do Ceará, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 41 de 27/07/2017
531	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Distrito Federal, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 42 de 27/07/2017
532	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado do Maranhão, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 44 de 27/07/2017

Medidas Normativas do Plano Agro+

533	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado de Minas Gerais, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 45 de 27/07/2017
534	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado de Mato Grosso do Sul, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 46 de 27/07/2017
535	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado de Mato Grosso, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 47 de 27/07/2017
536	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado da Paraíba, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 48 de 27/07/2017
537	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado de Pernambuco, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 49 de 27/07/2017
538	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado do Piauí, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 50 de 27/07/2017
539	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado do Rio Grande do Norte, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 51 de 27/07/2017
540	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado de Roraima, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 52 de 27/07/2017
541	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado do Rio Grande do Sul, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 53 de 27/07/2017
542	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado de Sergipe, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 54 de 27/07/2017
543	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado de São Paulo, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 55 de 27/07/2017
544	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado de Tocantins, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 56 de 27/07/2017
545	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 1ª safra no Estado do Acre, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 57 de 27/07/2017
546	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 1ª safra no Estado da Bahia, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 58 de 27/07/2017
547	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 1ª safra no Distrito Federal, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 59 de 27/07/2017
548	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 1ª safra no Estado do Espírito Santo, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 60 de 27/07/2017
549	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 1ª safra no Estado de Goiás, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 61 de 27/07/2017

Medidas Normativas do Plano Agro+

550	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 1ª safra no Estado do Maranhão, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 62 de 27/07/2017
551	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 1ª safra no Estado de Minas Gerais, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 63 de 27/07/2017
552	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 1ª safra no Estado de Mato Grosso do Sul, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 64 de 27/07/2017
553	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 1ª safra no Estado de Mato Grosso, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 65 de 27/07/2017
554	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 1ª safra no Estado do Pará, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 66 de 27/07/2017
555	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 1ª safra no Estado do Piauí, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 67 de 27/07/2017
556	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 1ª safra no Estado do Paraná, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 68 de 27/07/2017
557	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho no Estado do Rio de Janeiro, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 69 de 27/07/2017
558	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 1ª safra no Estado de Rondônia, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 70 de 27/07/2017
559	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 1ª safra no Estado do Rio Grande do Sul, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 71 de 27/07/2017
560	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 1ª safra no Estado de Santa Catarina, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 72 de 27/07/2017
561	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 1ª safra no Estado de São Paulo, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 73 de 27/07/2017
562	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 1ª safra no Estado de Tocantins, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 74 de 27/07/2017
563	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de algodão herbáceo no Estado de Alagoas, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 75 de 27/07/2017
564	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de algodão herbáceo no Estado da Bahia, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 76 de 27/07/2017
565	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de algodão herbáceo no Estado do Ceará, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 77 de 27/07/2017
566	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de algodão herbáceo no Distrito Federal, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 78 de 27/07/2017

Medidas Normativas do Plano Agro+

567	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de algodão herbáceo no Estado de Goiás, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 79 de 27/07/2017
568	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de algodão herbáceo no E Estado do Maranhão, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 80 de 27/07/2017
569	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de algodão herbáceo no Estado de Minas Gerais, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 81 de 27/07/2017
570	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de algodão herbáceo no Estado de Mato Grosso do Sul, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 82 de 27/07/2017
571	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de algodão herbáceo no Estado de Mato Grosso, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 83 de 27/07/2017
572	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de algodão herbáceo no Estado da Paraíba, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 84 de 27/07/2017
573	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de algodão herbáceo no Estado de Pernambuco, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 85 de 27/07/2017
574	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de algodão herbáceo no Estado do Piauí, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 86 de 27/07/2017
575	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de algodão herbáceo no Estado do Paraná, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 87 de 27/07/2017
576	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de algodão herbáceo no Estado do Rio Grande do Norte, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 88 de 27/07/2017
577	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de algodão herbáceo no Estado de Rondônia, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 89 de 27/07/2017
578	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de algodão herbáceo no Estado de Roraima, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 90 de 27/07/2017
579	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de algodão herbáceo no Estado de Sergipe, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 91 de 27/07/2017
580	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de algodão herbáceo no Estado de São Paulo, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 92 de 27/07/2017
581	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de algodão herbáceo no Estado de Tocantins, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 93 de 27/07/2017
582	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de soja no Estado de Tocantins, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 6 de 20/07/2017
583	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de soja no Estado de Goiás, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 9 de 20/07/2017

Medidas Normativas do Plano Agro+

584	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de soja Estado de Mato Grosso do Sul, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 12 de 20/07/2017
585	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de soja Estado do Piauí, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 15 de 20/07/2017
586	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz de sequeiro no Estado do Acre, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 22 de 21/07/2017
587	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de sorgo granífero no Estado de Goiás, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 43 de 27/07/2017
588	Aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Distrito Federal, ano-safra 2017/2018.	Portaria nº 96 de 02/08/2017